

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

LOBINGER, Fritz Dom: Altar vazio. *As comunidades podem pedir ordenação de ministros próprios?* Aparecida: Editora Santuário, 2010. 23 cm x 16 cm. 140p. ISBN 978-85-369-0200-5.

Agita-se muito o problema da ordenação de homens casados – *virii probati* -. Em diversos setores da Igreja latina, propugna-se a introdução dessa prática, conhecida no rito oriental, agora no rito latino. Roma tem resistido a tais demandas por razões disciplinares e pastorais, já que dogmaticamente nada haveria contra. Nos primeiros séculos a Igreja primitiva a conheceu, começando pelos próprios apóstolos.

A proposta, porém, deste livro vai noutra direção. É bem original e consistente de tal modo que ele espera, no momento em que as condições se derem, Roma a aceitaria.

O autor, Lobinger, é um bispo alemão (*1929), emérito da diocese de Aliwal na África do Sul, onde exerceu o ministério episcopal de 1988 a 2004. Hoje se dedica a correr o mundo lançando essa proposta dos ministros ordenados.

A presente obra conjuga diversas qualidades fundamentais. Consegue expor com clareza um projeto de Igreja em que haja ministros ordenados. Ele o faz de maneira simples, concisa e ilustrada. Para cada capítulo há uma figura bem clara e expressiva, em torno da qual se escreve um texto elucidativo, terminando com perguntas para reflexão pessoal, grupal e comunitária. A estrutura didática do livro favorece a conscientização e o esclarecimento da proposta pastoral, permitindo aos que a discutem constatar a sua viabilidade como processo e depois como concretização.

De que não se trata? Da simples proposta de ordenar homens casados para suprir a carência de padres. Expõe os inconvenientes desse caminho e as razões sensatas de Roma o rejeitar como medida universal para toda a Igreja. Em seu lugar, insiste na formação do espírito comunitário de maneira que os fieis se entendam como uma comunidade que se sente responsável de prover para si os diversos ministérios. Muitas já dispõem de vários deles. Agora consistiria em ampliar a diversidade de ministérios e carismas, escolhendo alguns dos fieis para serem ministros ordenados.

Insiste que não se trata de ordenar indivíduos, mas de ordenar uma equipe que assume o ministério ordenado. As pessoas permanecem como membros da comunidade sem nenhuma separação e distinção externa. Elas presidem

as eucaristias, nunca isoladamente, mas em equipe, por turno, quando as comunidades requerem.

A intuição fundamental e original consiste em que se pensa tal ministério como serviço à comunidade e não como ordenação de indivíduos, constituídos sagrados pelo fato de serem ordenados. E o sacerdote celibatário, de tempo integral, assumiria a função principal de ser formador desses ministros. Eles pertencem normalmente à comunidade, continuando a vida de família e profissional, tal como acontece com tantos outros ministérios já existentes: exéquias, da eucaristia, da crisma, da catequese, de curso de noivos. No interior deles, haveria os ministros ordenados que não se distinguiriam externamente dos outros, mas simplesmente pela diferença do ministério exercido. Aliás acontece com todos os outros.

Vale a pena refletir sobre tal proposta e a metodologia de preparação da comunidade para tal ministério. Não viria como decisão para a Igreja universal, mas sim as comunidades, à medida que estivessem maduras e com leigos preparados, levariam a Roma o pedido da implementação de tal ministério. Nenhuma Igreja particular, local ou nacional, se sentiria obrigada a assumi-lo. E isso iria acontecendo onde e quando as comunidades quisessem, se sentissem aptas e preparadas.

O autor trabalha os argumentos a favor da proposta. Antecipa as objeções e dificuldades que despontam, procurando discutir com o leitor e o grupo de reflexão as soluções. Bispos, padres ou leigos engajados nas comunidades, que se sintonizassem com a proposta a fim de criar outro tipo de comunidade eclesial, teriam aí subsídios concretos, claros e bem estruturados. A proposta vai além da simples resposta à carência de sacerdotes, mas a um novo tipo de comunidade eclesial de base, em que os fieis assumissem clara e expressamente a responsabilidade de conduzi-la. Reinterpreta a função do atual padre na linha da finalidade da formação da comunidade e não tanto na do exercício absorvente da sacramentalização. Vale a pena conferir!

J. B. Libanio SJ

MICHELETTI, Guillermo Daniel. *Como proclamar a Palavra: orientações e técnicas para leitores e animadores*. São Paulo: Ave-Maria, 2011. 104 pp. ISBN 978-85-276-1331-6.

Neste pequeno livro o A. nos brinda com um precioso subsídio para todos os envolvidos no ministério da Palavra. Um livro teórico-prático de grande valia para o aperfeiçoamento da proclamação da Palavra em nossas celebrações litúrgicas, pois leva em consideração não só o aspecto técnico, tão necessário, mas também o aspecto teológico e litúrgico, sem o qual a proclamação perde sua alma. O livro é apresentado por Dom Nelson Westrupp, bispo de Santo André, onde o A. exerce seu ministério, e é introduzido por um belo texto de Santo Isidoro de Sevilha. É motivado pela experiência pastoral do A. e pelo apelo dos bispos reunidos em sínodo, retomado pelo Papa Bento XVI, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*, a que se criem escolas de leitores nas paróquias (cf. VD 118.152). O livro constitui um bom subsídio para tal empreendimento. Mas deixemos que o próprio A. expresse sua intenção: “Com o conteúdo deste livro, pretendo atingir dois objetivos: o primeiro é ajudar a pessoa que deseja exercer o louvável ministério de leitores na Igreja a fazê-lo com espiritualidade e competência. O segundo, contribuir para a preparação de pequenas equipes paroquiais, a fim de que se convertam em células multiplicadoras” (21-22; prefácio).

O A. articula o livro em seis questões e quatro anexos. A primeira questão trata das duas mesas da celebração eucarística: a mesa da Palavra e a mesa do Pão, uma dupla mesa, mas um só alimento, Jesus Cristo, o Pão da vida. Essa temática teológica é oportunidade para salientar a importância do ambão que é mais do que uma simples estante para repousar o livro; é uma estrutura estável a que convém igual dignidade que ao altar.

A segunda questão interroga se lemos ou proclamamos a Palavra. Na realidade, a Palavra é proclamada, “pois, naquele momento – precisamente pelo ministério do leitor – sai da boca de Deus para chegar aos ouvidos e ao coração do povo em assembleia” (39). Para ilustrar essa verdade, no final desta questão são propostos dois esquemas elucidativos sobre a dinâmica da Palavra. Devido à importância do ministério do leitor, lembram-se quais as posturas adequadas a seu exercício, destacando-se entre elas a calma, o silêncio e a capacidade para uma escuta reverente.

A terceira questão versa sobre a necessidade de preparar uma equipe de leitores, devidamente coordenada, indicando-se alguns critérios práticos para a escolha dos leitores.

As questões quarta até sexta trazem importantes dicas práticas para desempenhar-se bem da função de leitor que vão desde detalhes práticos como o posicionar-se, o uso do microfone, até a atitude espiritual. Em tudo isso, o recenseador gostaria de acentuar três aspectos da formação dos leitores: a compreensão do texto bíblico, levando em consideração, p. ex., o gênero

literário que determinará a forma de proclamar o respectivo texto; a formação técnica (dicção, postura, uso do microfone etc.); a atitude espiritual (assimilação do conteúdo do texto).

Os anexos tratam das preces dos fiéis, da função do animador, da comunicação dos avisos e dos sinais de pontuação. Algumas observações sobre a função do “animador”. O A. é muito matizado e equilibrado no que escreve a respeito dessa função, mas o recenseador gostaria de defender que o nome “animador”, preferido pelo A., é o mais infeliz entre as opções que o A. enumera (comentarista, monitor, guia da celebração) e que ela é uma função inútil e, como tal, deveria ser abolida. “Animador” é uma designação infeliz, porque evoca programa de auditório, em que um Sílvio Santos da vida “anima” o grupo de pessoas ali reunidas, para que reajam ao que está acontecendo no palco. É isso o que não deveria acontecer numa celebração e que, infelizmente, muitas vezes acontece, inclusive assumido pelo próprio presidente da celebração que, em vez de exercer sua função litúrgica de presidência, parece ter como modelo um dos programas televisivos que vê nos domingos à tarde. Por outro lado, o recenseador defende a abolição da função de “animador” (ou chame-se como quiser). Como o A. explica muito apropriadamente, ela surgiu quando a liturgia, realizada em latim, não permitia que os fiéis entendessem o decorrer dos ritos (cf. 89). Agora, com a liturgia em vernáculo, ela apenas estorva o fluir da celebração, ainda mais considerando que, em alguns lugares, se criou até uma espécie de “mini-ambão”, de onde o “animador” exerce sua função (pior ainda, quando ele usa o próprio ambão, desvirtuado a importância desse monumento pascal). O resultado é o perigo muito real de tornar a celebração uma verborreia de onde não se tira nenhum proveito.

Como palavra final, o recenseador gostaria de recomendar este livrinho, sumamente prático. Ele poderia e deveria tornar-se um verdadeiro “vademécum” (vai comigo) para os leitores e uma fonte simples e acessível para formação de novos ministros da Palavra.

Francisco Taborda SJ